CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2019
PROCEDIMENTO: INEXIGIBILIDADE Nº 10/2019
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036 /2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI E A EMPRESA **ARAUJO & LOPES SOCIEDADES DE ADVOGADOS**, OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV.

O MUNICÍPIO DE PARNAÍBA (PI), inscrito no CNPJ sob o n.º 06.554.430/0001-31, com sede administrativa na Rua Itaúna, n.º 1434, no Bairro Pindorama, nesta cidade, através da SECRETARIA DE GOVERNO, neste ato representada pelo (a) Secretário Municipal de Governo, Sr.(ª) **ARLINDO FERREIRA GOMES NETO**, brasileiro, inscrito(a) no CPF sob o n.º 239.697.923-04, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e de outro lado **ARAUJO & LOPES SOCIEDADES DE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.663.516/0001-93, com sede na Rua das Orquídeas nº 691, Bairro Jóquei Clube, Teresina – PI, CEP 64.048-152, neste ato representado pelo sócio Sr. **RAIMUNDO DE ARAUJO SILVA JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PI 5061, inscrito(a) no CPF sob o nº 888.352.603-10, residente e domiciliado na Rua Farmacêutico João Carvalho, 4900, Morada do Sol, Teresina-PI, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

Contratação de Serviço Especializado de Assessoria Técnica e Jurídica para acompanhamento Processual perante as Cortes de Conta e em instâncias Superiores, de interesse da Secretaria de Governo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL:

O valor global do presente Contrato é de R$ **200.000,00** (duzentos mil reais).

Parágrafo Único: O valor do presente contrato será pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R$ **20.000,00** (vinte mil reais), mediante comprovação do serviço prestado compreendidas entre os meses de janeiro a outubro de 2019, e dar-se-á até o 10º (décimo) dia útil após a protocolização do pedido do mesmo junto à municipalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O presente Contrato terá vigência de janeiro a outubro de 2019, podendo ser prorrogado, através de termo Aditivo, mediante acordo entre as partes;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I. Executar o presente Contrato em estrita consonância com seus dispositivos e a proposta apresentada;
II. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros,

MINUTA DE CONTRATO

decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

III. Assumir por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do objeto do Contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações, incidentes sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários de seu pessoal;
IV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a CONTRATANTE, sem prévia e expressa anuência;
V. Não realizar associação com terceiros, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
VI. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I. Efetuar o pagamento a CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;
II. Comunicar imediatamente a CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do Contrato;
III. Supervisionar a execução do Contrato;
IV. Facilitar o acesso do pessoal, responsável pela execução do serviço, da CONTRATADA, as áreas da Prefeitura, registros, documentação, legislação e fornecer informações necessárias ao bom desempenho dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

I. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93 e suas alterações;
II. O Contrato poderá ser rescindido, independente de notificação judicial ou extrajudicial, de acordo com os art. 78 a 80 da Lei 8.666/93, e no caso de descumprimento de uma de suas cláusulas, não sanada pela parte inadimplente no prazo da notificação enviada pela outra parte;
III. Aplicam-se à execução deste Contrato e, especialmente, nos casos omissos, a Lei 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

A CONTRATANTE e a CONTRATADA obrigam-se a respeitar o presente contrato em suas cláusulas e condições, incorrendo a parte que infringir qualquer disposição Contratual ou legal, na multa igual ao valor correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato, que será pago integralmente, qualquer que seja o tempo contratual decorrido, inclusive se verificada a prorrogação do Contrato. O pagamento da multa não obsta a rescisão do Contrato pela parte inocente, caso lhe convier.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por da Dotação Orçamentária: **Projeto/Atividade: 2005; Elemento de Despesa: 3.3.90.35.02; Fonte de Recurso: 001/100/000;**

CLÁUSULA NONA – DAS VANTAGENS LEGAIS E SUPERVENIENTES:

O Contrato estará sujeito ao Regime da Lei n.º 8.666/93, ficando assegurado à CONTRATANTE todos os direitos e vantagens conferidas pela legislação que vier a ser promulgada durante a

MINUTA DE CONTRATO

prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato na imprensa oficial em forma resumida, em obediência ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXIGIBILIDADE:

O presente Contrato foi objeto de Inexigibilidade de Licitação nos termos do Art. 25, inciso II, c/c Art. 13, incisos, II, III e V da Lei 8.666/93, conforme Termo de **INEXIGIBILIDADE Nº 10/2019.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca da Cidade de Parnaíba, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Parnaíba (PI), 03 de janeiro de 2019.

CONTRATANTE: _____

SECRETARIA DE GOVERNO
Arlindo Ferreira Gomes Neto
Secretário Municipal

CONTRATADA: _____

ARAUJO & LOPES SOCIEDADES DE ADVOGADOS
Raimundo de Araújo Silva Junior

TESTEMUNHAS:

.....

CPF:.....

.....

CPF:.....

MINUTA DE CONTRATO

EXTRATO PUBLICAÇÃO / ATO ADMINISTRATIVO

VINCULAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 036/2019;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, através da SECRETARIA DE GOVERNO;
CONTRATADO (A): ARAUJO & LOPES SOCIEDADES DE ADVOGADOS;
CNPJ: 15.663.516/0001-93;
OBJETO: Contratação de Serviço Especializado de Assessoria Técnica e Jurídica para acompanhamento Processual perante as Cortes de Conta e em instâncias Superiores, de interesse de Governo;
FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2019, nos termos do art. 25, inciso II, c/c art.13, incisos, II, III e V da Lei n.º 8.666/93;
GLOBAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 2005; Elemento de Despesa: 33.90.35.02, Fonte de Recurso: 001/100/000;
VIGÊNCIA: janeiro a outubro de 2019 podendo ser prorrogado, através de termo Aditivo, mediante acordo entre as partes;
INFORMAÇÕES: Central de Licitações e Contratos Administrativos - CLCA/PMP/PI.

FOI PARA PUBLICAR

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2019-PMP/PI

VINCULAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 036/2019;
REFERÊNCIA: Contrato de prestação de serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI e a ARAUJO & LOPES SOCIEDADES DE ADVOGADOS;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, através da SECRETARIA DE GOVERNO;
CONTRATADO (A): ARAUJO & LOPES SOCIEDADES DE ADVOGADOS;
CNPJ: 15.663.516/0001-93;
OBJETO: Contratação de Serviço Especializado de Assessoria Técnica e Jurídica para acompanhamento Processual perante as Cortes de Conta e em instâncias Superiores, de interesse da Secretaria de Governo;
FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2019, nos termos do art. 25, inciso II, c/c art.13, incisos, II, III e V da Lei n.º 8.666/93;
VALOR GLOBAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 2005; Elemento de Despesa: 3.3.90.35.02, Fonte de Recurso: 001/100/000;
VIGÊNCIA: janeiro a outubro de 2019 podendo ser prorrogado, através de termo Aditivo, mediante acordo entre as partes;
DATA DA ASSINATURA: 03/01/2019.
INFORMAÇÕES: Central de Licitações e Contratos Administrativos - CLCA/PMP/PI.

MINUTA DE CONTRATO